



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 48/2022

Adesão à Ata n.º 08/2022

**OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSESSORIA ATENÇÃO BÁSICA**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 48/2022, (Adesão à Ata n.º 08/2022) que objetiva a adesão, na condição de carona, à Ata de Registro de Preços nº 01/2021, decorrente do Pregão Presencial nº 012021, registrada pelo Município de Jangada/MT, para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via WEB para gestão da frota de veículos, bem como licença de uso de software, central de monitoramento e os respectivos serviços de instalação configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender as necessidades da prefeitura de Porto Esperidião/MT.

A licitação foi iniciada para atender ao pedido formulado pelo prefeito de Porto Esperidião/MT. O prefeito autorizou que fossem tomadas as devidas providencias para a contratação do objeto especificado.

Estão anexados ao processo a cópia do Edital, Ata de Registro de Preços e Ofícios solicitando a adesão, resposta positiva do órgão gerenciador justificativas para a adesão e orçamentos apresentados por empresas do ramo.

A contadoria da prefeitura informou a dotação orçamentária para as despesas decorrentes da adesão.

Sendo o que havia a relatar.



## FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e

Cumpre inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, cujo art. 1º, dispõe:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que seja atendido o requisito de validade da ata, que não será superior a 12 meses.





No caso em tela, o prazo se exaure em 28 de março de 2022, consoante data de assinatura da ata de registro à qual o município de Porto Esperidião está aderindo.

Verifica-se que se não encontram anexados aos autos, pelo carona, os orçamentos que demonstram a compatibilidade de preços dos itens registrados pela gerenciadora e a vantagem para o município que adere à carona.

De acordo com o art. 5º, inc. IV, do Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública federal, compete ao órgão gerenciador da ata "realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes".

Além de o órgão gerenciador ter que realizar a pesquisa de preços para definição do valor estimado da licitação (art. 9º, inc. XI, c/c o art. 18, ambos do Decreto nº 7.892/2013), também deve, durante a vigência da ata de registro de preços, assegurar a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

Estão anexados ao processo as cópias das peças essenciais do processo licitatório realizado na origem.

O objeto registrado está adequadamente descrito na Ata Anexada. O campo descrição dos serviços expressa os serviços que estão disponibilizados na ATA. Devendo o município aderente atentar aos serviços que lhe estão disponíveis. Não podendo acrescentar serviços sob pena de burla à obrigação de licitar. A obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional estampado no art. 37, XXI, da Constituição Federal, e art. 2.º da Lei nº 8666/93.

O Município de Porto Esperidião remeteu ao Prefeito de Jangada o Ofício nº 72/22, pelo solicitou o aceite à adesão na condição de carona à ata registrada por aquele município e obteve a resposta positiva, a qual está anexada. Também obteve resposta positiva da SAGA News empresa registrada na Ata.

Consta também dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

E relação à previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, está anexada a autorização para adesão à ata encaminhada pela Prefeitura de Jangada, gerenciadora da Ata.

Assim sendo, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual indica que seja aprovada.

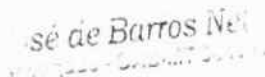
Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela adesão a ata.

S.M.J.

Porto Esperidião, 26 de abril de 2022.

  
José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

  
José de Barros Neto  
Prefeito Municipal de Porto Esperidião